

Verão 2012 Trimestral €1

 Montepio

montepio

número
06
série II



**MANUEL
CARVALHO
DA SILVA**

**DE SINDICALISTA A
INVESTIGADOR SOCIAL**

É ESSENCIAL QUE
A SOCIEDADE SE ORGANIZE
PARA ENFRENTAR OS NOVOS
DESAFIOS SOCIAIS.
AS NOVAS GERAÇÕES
PODERÃO FAZER
A DIFERENÇA

INVESTIGADOR DO CES E EX-LÍDER DA CGTP

"A pobreza é demolidora para a democracia"

APESAR DO SINDICALISMO NÃO ESTAR NA MODA, A SOCIEDADE PRECISA DE SE ORGANIZAR PARA ENFRENTAR OS NOVOS DESAFIOS SOCIAIS. DESEMPREGO, PERDA DE DIREITOS E DEMOCRACIA ENFRAQUECIDA SÃO BONS MOTIVOS PARA O SURGIMENTO DE NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

POR HELENA C. PERALTA
FOTOGRAFIA ARTUR

Manuel Carvalho da Silva, 63 anos, teve uma juventude pacata e pouco ontestatária mas acabou nas malhas do sindicalismo e da reivindicação.

Foi sindicalista ativo durante quase quatro décadas e liderou a CGTP ante 25 anos. Graça ao dizer que foi "ao engano" por três anos e acabou por ficar 37. Acredita que uma nova era mundial está a surgir e que as gerações mais jovens partem de um patamar mais alto para fazer face aos problemas sociais. E vão consegui-lo.

**saram três meses desde que dei-
o sindicalismo de forma ativa.
stou-lhe iniciar este novo ciclo?**

mpre encarei a função sindical
perspetiva de que se é sindic
a porque se trabalha por conta
alguém. O que aconteceu é que
eu retorno ao posto de trabalho
foi o normal porque estive muito
po na direção da CGTP. No ano
sado, já a preparar a minha saí-
pus fim ao vínculo de trabalho
mantinha com a multinacional
EH, da Trofa, desde 1973. Desde
ício dos anos 80 que já não exer-
atividade pois estava no executi-
la CGTP, em Lisboa. Fruto dessa
dança de vida e de alguma for-
ção que fui fazendo, as possibili-
es de trabalho agora não podiam
as de origem.

No final de 2009 comecei a ligar-me
ao Centro de Estudos Sociais da Uni-
versidade de Coimbra (CES). Estive
no início da preparação do pólo do
CES, em Lisboa, que agora coordeno,
e a partir de março do ano pas-
sado passei a integrar os quadros da
Lusófona, na área da Sociologia e
Ciências da Educação. Foi uma fase
da minha vida, a função terminou e
não há em mim nenhum resquício,
nenhuma frustração.

**A ligação ao CES é também uma for-
ma de intervenção na sociedade?**

O CES é um centro de investigação
prestigiado, com um enorme coletivo
de investigadores, sendo um labora-
tório dedicado aos problemas sociais.
Tem uma cultura que incorpora todas
as áreas do pensamento mas que tem
um forte sentido de análise crítica.

Isso para mim é positivo porque o sin-
dicalismo tem uma génese idêntica,
de constante questionamento, e pro-
curaremos ter alguma intervenção so-
ciopolítica. Lançámos o Observatório
da Crise e Alternativas, cuja coordena-
ção me está atribuída, e recorreremos
a conferências que despertem a aten-
ção da sociedade.

**O gosto pelas Ciências Sociais e a op-
ção pela Sociologia são consequência
da experiência como sindicalista?**

Acabou por ser. Em criança tinha o
sonho de estudar na universidade.
Não tive possibilidade porque come-
cei a trabalhar muito novo.

Em 1993, depois de uma crise na
CGTP, senti que precisava arrumar co-
nhecimentos adquiridos e aprofundar
outros. E foi isso que me levou a fazer
uma formação superior. Hesitei entre
Engenharia, Economia e Direito, mas
alguns amigos influenciaram-me a fa-
vor da Sociologia. Candidatei-me ao
ISCTE, preparei-me e entrei. O gosto
pela Sociologia surgiu pela arruma-
ção de conhecimentos e pela perceção
de proximidade entre as minhas motiva-
ções em olhar para a sociedade.

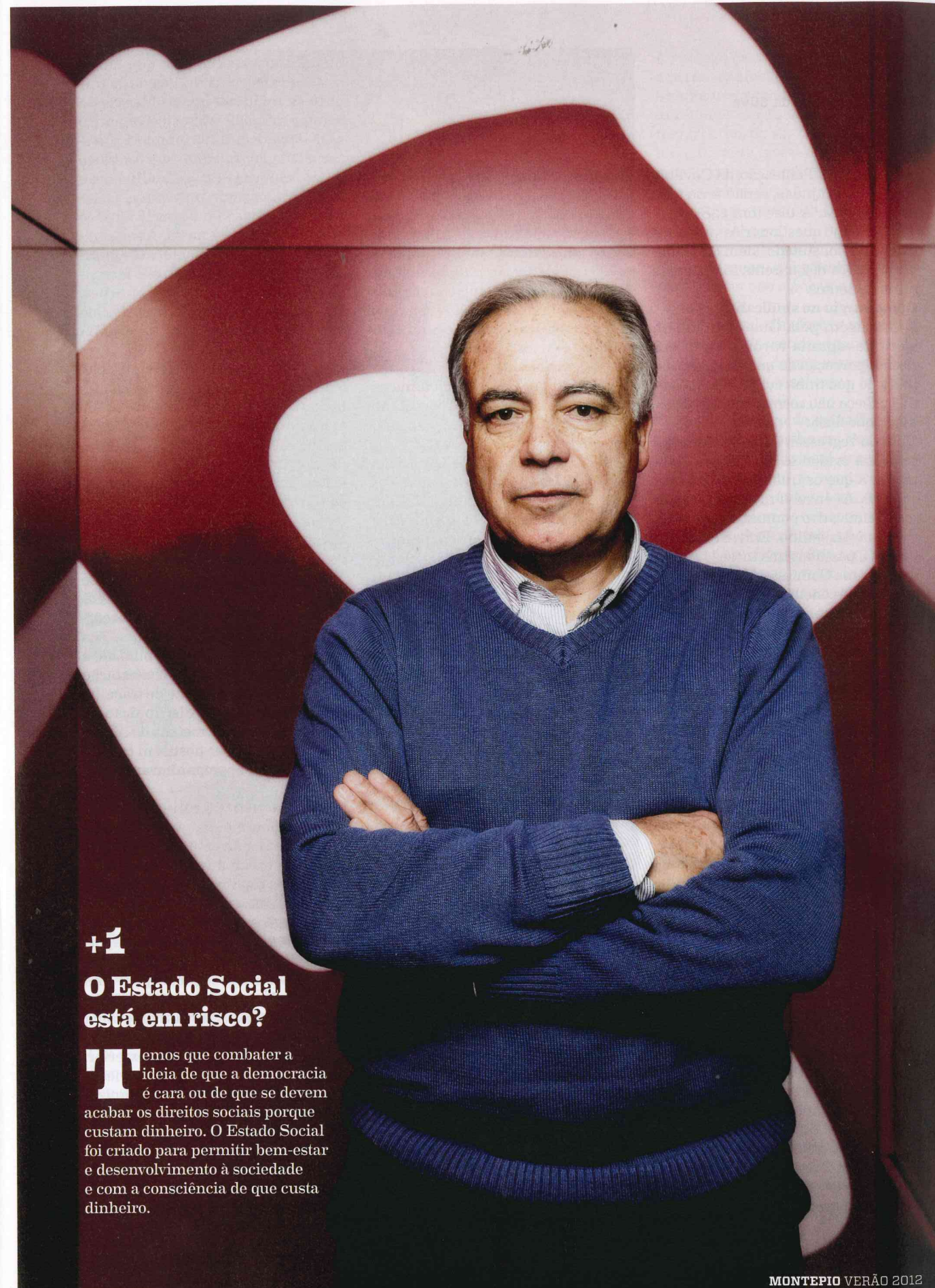
**Foi difícil conciliar os estudos com a
sua atividade na CGTP?**

Foi muito exigente. Tenho a sorte de
ser organizado e fazer uma boa gestão
do tempo. Um dos meus compromi-
sos com a CGTP era não diminuir a
atividade sindical. Fiz o curso entre
1995 e 2000. No quarto ano acabei por
ser o melhor aluno da escola e iniciei
o doutoramento. Estruturei o traba-
lho, apresentei-o a alguns professo-
res, como Manuel Villaverde Cabral
e José Madureira Pinto, e candidatei-
me à Fundação Ciência e Tecnologia.

**Foi um doutoramento muito mediá-
tico. Sentiu alguma pressão por
ser uma figura pública e um dos
homens mais influentes do País?**

Não, não senti. Até tinha vantagem,
pois estava habituado a falar em pú-
blico. O problema foi a construção do
trabalho, que foi muito moroso.

O tema da tese é o lugar central do tra-
balho e é uma investigação sobre "Tra-
balho e Sindicalismo em Tempos de
Globalização". Não me limitei a ver a
questão do trabalho pelo lado dos tra-
balhadores e analisei três empresas do
ponto de vista da estratégia empresari-
al e estrutural ao longo de 35 anos: o
atual grupo PT, o complexo Grundig/
Blaupunkt, atualmente Delphi/Bosh,



+1

**O Estado Social
está em risco?**

Temos que combater a
ideia de que a democracia
é cara ou de que se devem
acabar os direitos sociais porque
custam dinheiro. O Estado Social
foi criado para permitir bem-estar
e desenvolvimento à sociedade
e com a consciência de que custa
dinheiro.

e a têxtil Nova Penteação, da Covilhã. Tive muitas ajudas, senão teria sido uma loucura. A tese tem 258 entrevistas e 1 496 questionários validados e devo ter consultado, além da bibliografia, cerca de quarenta mil páginas de documentos.

Como surgiu no sindicalismo?

A passagem pela Guerra Colonial, além de alguma revolta, criou em mim a percepção de que uma grande parte do que tinha construído na minha cabeça não correspondia à observação que fazia.

Quando regresssei, em 1972, começaram a ser evidentes muitas das explorações a que os trabalhadores eram sujeitos. Aí envolvi-me num processo reivindicativo pontual, de protesto, e acabei despedido. Entrei então na PREH e passados uns meses fui eleito para uma Comissão Mista, uma estrutura que conciliava trabalhadores e entidade patronal. Com o 25 de abril acabei por envolver-me mais, como delegado sindical. Participava nas reuniões do sindicato, em assembleias, reuniões de sócios, comecei a ser solicitado para ir aqui e acolá. Em 1975 fui para o secretariado da União dos Sindicatos do Porto.

Já demonstrava características necessárias à atividade sindical?

Não, sou o mais velho de seis irmãos e erámos crianças e jovens muito pacatos. O facto de ter surgido nas exigências do sindicalismo e das reuniões coletivas foi uma surpresa.

Fui dando um passo de cada vez. Em 1976, quando começou a preparar-se o II Congresso da Intersindical, desafiam-me para integrar a comissão organizadora. O sindicato apoiou-me e acabei por ser o representante. O coordenador da equipa do congresso, que deu origem à CGTP, era meu companheiro na União de Sindicatos no Porto, Armando Teixeira da Silva, e necessitava de alguém em quem confiasse e, por isso, convidou-me para fazer parte da CGTP. Eu costumo dizer, a brincar, que vim “ao engano” por três anos e afinal foram 37.

O que se pretende com o Observatório sobre Crises e Alternativas?

Este projeto foi muito pensado, muito ponderado. Desenvolve-se em quatro domínios: o estudo entre a finança e a economia; as dinâmicas do mundo do trabalho; o Estado Social e as políticas sociais; e, por último, o Estado, a governação e a democracia. Estamos na fase da instalação, a estruturar o programa de trabalho, a criar uma cultura de relação com as pessoas. O compromisso é que, uma vez por ano, o Observatório apresente um relatório de leitura da sociedade, das tendências e dos caminhos alternativos.

Crise, Troika e austeridade são sinais de piores condições de trabalho. Esta situação exige uma maior, melhor e mais articulada intervenção dos sindicatos?

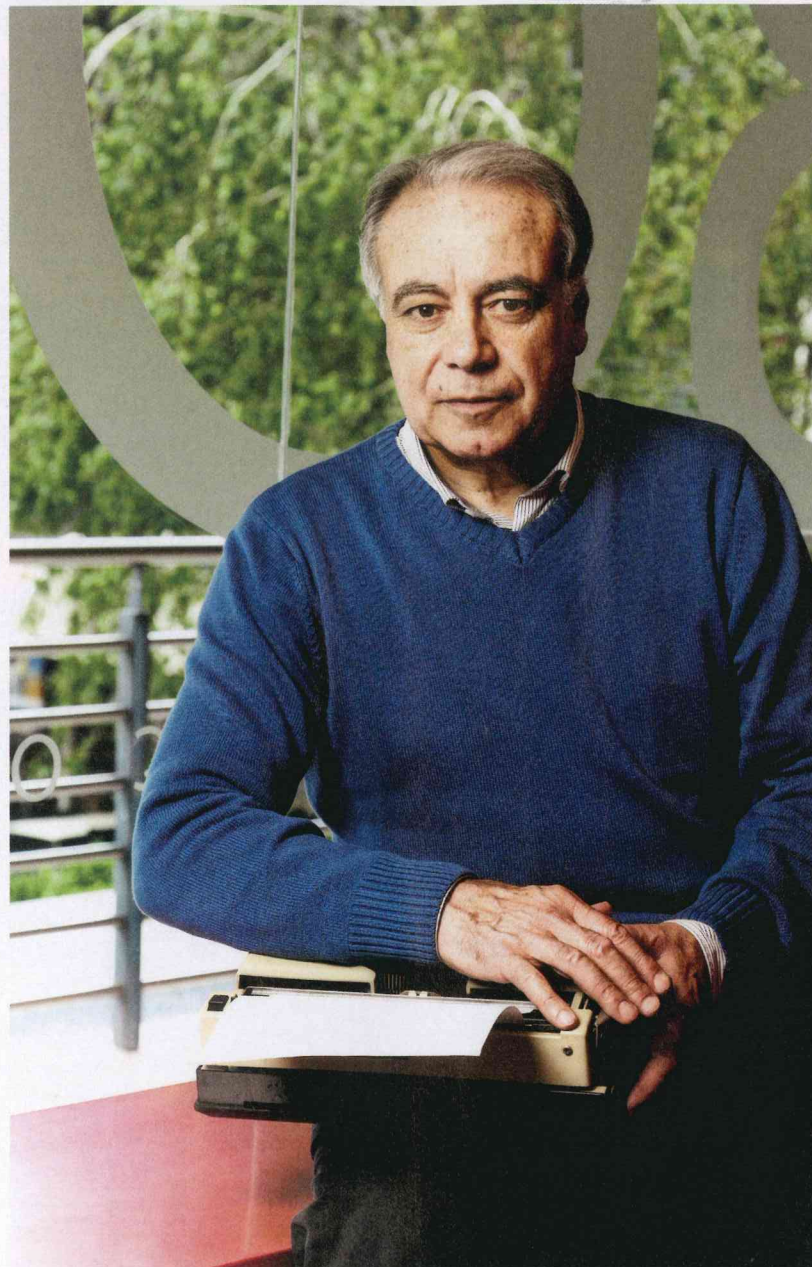
Sim, sem dúvida. Há aqui três campos a distinguir. Primeiro os pro-

blemas do trabalho com que lidam os sindicatos, pois muitos deles tornam-se rapidamente problemas de carácter sociolaboral, socioeconómico e sociopolítico. Um exemplo é a precariedade do trabalho, que faz parte de um conjunto de instabilidades e inseguranças que marcam a sociedade e já não serão os sindicatos, só por si, a dar-lhe resposta. A segunda questão é que, neste contexto de grande transformação, estão em formação novas estruturas e organizações. E aos sindicatos coloca-se o desafio de articular a agenda social e a agenda política, que não é fácil. Em terceiro lugar, a dimensão da crise é múltipla, é financeira, económica, política, ambiental e, até, de valores.

O trabalho tem um lugar central na sociedade, só que a sua centralidade ampliou-se e está hoje debaixo de vários problemas, como a manipulação do seu valor. Isto implica, da parte dos sindicatos, uma grande capacidade de articulação da ação com os movimentos sociais que vão surgindo. É a partir daqui que tem que se ver o futuro do sindicalismo. Os sindicatos têm novos desafios, sobretudo ligados ao tempo de trabalho, aos salários, à segurança e estabilidade e à contratação coletiva. A contratação coletiva foi o instrumento de trabalho mais útil e eficaz na distribuição da riqueza na segunda metade do século XX e hoje está a ser posta em causa.

Os sindicatos acompanharam as alterações?

Penso que não, há um grande enfraquecimento e por várias razões. Temos uma subversão dos poderes, por isso é difícil aos sindicatos lidarem com as multinacionais, que dominam as regras e até a estruturação de alguns órgãos de poder – há multinacionais com orçamentos mais importantes do que alguns países. Depois, os governos já não se preocupam com as reivindicações das pessoas. Já não somos governados por um programa discutido e votado pelos portugueses, mas sim por um programa exterior. Há ainda o problema das precariedades, que são um obstáculo à organização coletiva. E os sindicatos sofrem de um outro problema: o coletivo não está na moda. Houve incapacidade para uma renovação geracional. Se encostarem os sindicatos à parede, o descabro da sociedade vai ser muito maior.



Defendeu na sua tese que o movimento sindical é um fator de transformação da sociedade e que a democracia enfraquece sem um sindicalismo reivindicativo. Estamos agora a atravessar este limiar?

Um dos elementos que mais amputa a democracia é a pobreza. Um homem que empobrece perde dimensões de liberdade, logo perde dimensões de cidadania e de atuação política. Estas limitações levam a que a sociedade fuja da vida. As pessoas, no seu dia-a-dia, já não encaram os problemas. Consideram-se impotentes para isso.

A questão é que os sindicatos poderiam estar a perder força para outros movimentos no trabalho que os substituíssem, mas, na verdade, não os há. Não se encontrou outra função que substituísse a dos sindicatos. Estamos numa encruzilhada muito complicada. Quando olhamos para a evolução da taxa de sindicalização nas últimas três décadas em Portugal verifica-se um declínio acentuado. O que motivou tamanho desinteresse?

O sindicalismo é o movimento social com maior perenidade desde o início da industrialização. Em várias fases

A pobreza traz consigo a perda de níveis de liberdade e a consequente diminuição da dimensão interventiva do ser humano. Esta faceta da crise económica coloca os sindicatos num momento de encruzilhada complicado

do seu percurso a sindicalização é reduzida, mas não é por isso que perde importância.

Quando os trabalhadores e os sindicatos forem mais valorizados não tenho dúvida alguma de que vamos sair do buraco. Há que recolocar o trabalho num lugar central.

Como vê o futuro do trabalho e das condições de trabalho em Portugal?

Estamos em retrocesso social e civilizacional. Não é possível fazer uma discussão séria, setor a setor, no País, sem utilizar os recursos privados e públicos. Por exemplo, não é possível fazer um debate sério no Turismo sem se considerar o valor do trabalho. Se não considerarmos a valorização do trabalho e do tempo das pessoas não é possível ter um país com uma atividade turística avançada. Isto aplica-se a todas as áreas. A segunda prioridade de resposta é o Estado Social. Não temos Estado Social sem valorização do trabalho.

Com que armas?

Todas as manifestações sociais são necessárias, mas nada substitui a intervenção organizada. O surgimento de movimentos diversos é muito importante, mas a questão-chave é a participação dos cidadãos. Nenhuma forma de luta é descartável.

As novas gerações preocupam-se com o futuro da democracia, a liberdade e os direitos adquiridos?

Uma das dimensões da crise é a disfunção entre as gerações. É um campo que tem sido manipulado para eliminar das pessoas perspetivas positivas do futuro e retrain a sua disponibilidade de ação. Evoluímos muito e as atuais gerações partem para o combate de um patamar mais alto. A formação é hoje muito maior, a capacidade de relacionamento é muito mais elevada e acredito que vamos ser capazes de dar a volta. Esta reorganização, a busca, por exemplo, de uma nova forma de financiamento da economia real, depende da nossa ação.